



## **REF.ª 1/2021\_DIN\_DNA\_TSP**

### **RECRUTAMENTO DE 1 TRABALHADOR PARA A CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR PARA O DEPARTAMENTO DE NAVEGAÇÃO AÉREA DA DIREÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E NAVEGAÇÃO AÉREA**

A Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC) pretende recrutar 1 (um) trabalhador (m/f) em regime de contrato individual de trabalho, por tempo indeterminado, nos termos do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, para a carreira de técnico superior para desempenhar funções na área de navegação aérea.

#### **1 Conteúdo Funcional**

Desenvolvimento de todos os atos correspondentes ao exercício da função, nomeadamente:

- a) Participar na preparação, atualização, melhoria e no processo de autorização operacional, na confirmação de receção e confirmação de completude dos cenários de operação padrão, e de reconhecimento ou certificação das organizações de formação aos pilotos remotos;
- b) Instruir os processos de certificação ou aprovação da prestação dos serviços de ATM/ANS, nos termos da regulamentação nacional e europeia, dos Anexos 2, 4, 10, 11 e 15 à Convenção de Chicago, ou de outra regulamentação internacional a que Portugal esteja obrigado;
- c) Acompanhar e analisar os dados de qualidade e eficiência referentes a navegação aérea, nos termos regulamentares, acompanhando e comentando, em simultâneo, a sua utilização por parte das organizações europeias a que se destinam, como sejam a CE e EUROCONTROL, após coordenação com as restantes UO intervenientes no processo;



- d) Assegurar o cadastro das infraestruturas ATM/ANS de apoio à navegação aérea;
- e) Preparar processos de decisão e propor as altitudes mínimas de voo para cada rota dos serviços de tráfego aéreo, no espaço aéreo sob jurisdição do Estado Português e o tipo de desempenho de navegação exigido para a operação em rota e, no âmbito da sua esfera de atividade, fiscalizar o cumprimento das altitudes estabelecidas;
- f) Supervisionar o sistema nacional de coordenação civil e militar relativamente à utilização do espaço aéreo aos níveis pré-tático e tático e preencher o questionário anual sobre cooperação civil-militar na gestão do espaço aéreo, a enviar à CE;
- g) Instruir os processos de certificação, alteração ou suspensão da certificação, das organizações de formação de controladores de tráfego aéreo, exercendo a correspondente supervisão, designadamente quanto às condições de manutenção da certificação;
- h) Participar na elaboração de projetos de diplomas ou de decisões de designação de prestadores de serviços de navegação aérea nos termos do Regulamento (CE) n.º 550/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de março de 2004, relativo à prestação de serviços de navegação aérea no céu único europeu, ou de estabelecimento de condições para a prestação de serviços de navegação aérea, pela FAP a tráfego civil;
- i) Instruir os processos para aprovação dos manuais operacionais ou procedimentos de órgãos ATM/ANS e sistemas de terra, que requeiram intervenção, que não seja manutenção, durante o voo;
- j) Preparar o processo de decisão sobre os procedimentos de aproximação de precisão ou de não precisão, de chegada ou de partida de aeródromos;
- k) Acompanhar a evolução dos sistemas funcionais ATM/ANS e dos respetivos componentes, verificando se os prestadores de serviços fornecem planos atualizados das alterações introduzidas, e procedendo à revisão dos argumentos de segurança operacional previstos na regulamentação;

- l) Avaliar as garantias de segurança associadas a novos sistemas funcionais bem como proceder à aprovação dos processos de alterações aos sistemas funcionais existentes;
- m) Emitir parecer sobre os assuntos relativos a atividades que impliquem afetações ou restrições de espaço aéreo, tais como: festivais aeronáuticos, que não aerodelismo ou operações de UAS, paraquedismo, sobrevoos a baixa altitude, espetáculos pirotécnicos, largadas de balões;
- n) Interpretação, análise e desempenho das tarefas inerentes à autoridade no âmbito do disposto nos Regulamentos: Regulamento (UE) 2018/1139 do Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de julho de 2018 relativo a regras comuns no domínio da aviação civil que cria a Agência da União Europeia para a Segurança da Aviação (UE); Regulamento Delegado (UE) 2019/945 da Comissão de 12 de março de 2019 relativo às aeronaves não tripuladas e aos operadores de países terceiros de sistemas de aeronaves não tripuladas e Regulamento de Execução (UE) 2019/947 da Comissão de 24 de maio de 2019 relativo às regras e aos procedimentos para a operação de aeronaves não tripuladas;
- o) Outras tarefas inerentes à atividade da unidade orgânica.

## **2 Requisitos de admissão**

### **2.1 Requisitos gerais**

- a) Idade não inferior a 18 anos;
- b) Habilitações literárias e formação profissional adequada às funções da carreira e categoria a integrar;
- c) Ausência de antecedentes criminais;
- d) Não se encontrar em situação de incompatibilidade e/ou impedimento para o exercício do cargo, nos termos previstos no artigo 27.º dos Estatutos da ANAC.

### **2.2 Requisitos obrigatórios**

- a) Licenciatura em Engenharia Aeroespacial, Aeronáutica, Informática, de Sistemas, Eletrotécnica e outras afins;
- b) Bons conhecimentos de Inglês (falado e escrito);
- c) Domínio de informática na ótica do utilizador;
- d) Disponibilidade para deslocação no território nacional e no estrangeiro.

### **2.3 Requisitos preferenciais**

- a) Experiência em atividades ligadas à navegação aérea;
- b) Formação em áreas técnicas de controlo de tráfego aéreo, navegação aérea;
- c) Conhecimentos sobre serviços de navegação aérea;
- d) Conhecimentos da documentação OACI, EUROCONTROL e do setor aeronáutico nacional e normas técnicas europeias;
- e) Conhecimentos de legislação nacional e comunitária relativa à navegação aérea;
- f) Conhecimentos sobre a realização de inspeções/auditorias;
- g) Conhecimentos de sistemas informáticos, software e hardware;
- h) Elevada capacidade analítica e espírito crítico;
- i) Orientação para resultados e capacidade para trabalhar em equipa.

### **3 Condições**

- a) Contrato individual de trabalho por tempo indeterminado;
- b) Integração numa entidade de referência;
- c) Oportunidade de progressão na carreira nos termos dos regulamentos internos em vigor;
- d) Remuneração mensal bruta de 1.865,58 €, correspondente ao nível 1 da categoria de TSP III da carreira de Técnico Superior da ANAC, e demais condições previstas nos termos dos regulamentos internos em vigor.

### **4 Local de Trabalho**

O local de trabalho situa-se na sede da ANAC, na Rua B, Edifício 4, 5 e 6 e Edifício Santa Cruz, Aeroporto Humberto Delgado, 1749-034 Lisboa.

## **5. Formalização da candidatura**

- 5.1** Os candidatos deverão formalizar a sua candidatura mediante requerimento dirigido ao Conselho de Administração da ANAC, acompanhado de: *curriculum vitae*, cópia do certificado de habilitações e dos certificados de formação profissional relevantes e restante documentação relevante, com indicação da referência do concurso correspondente, a remeter para o endereço de correio eletrónico: [recrutamento@anac.pt](mailto:recrutamento@anac.pt). Até à data da entrevista profissional deverá ainda ser apresentado registo criminal válido.
- 5.2** **As candidaturas devem ser apresentadas até às 23 horas 59 minutos do dia 3 de agosto de 2021.**
- 5.3** **Só serão admitidos a concurso os candidatos que preencham os requisitos gerais e obrigatórios.**
- 5.4** A apresentação de candidatura por outra via que não a indicada, a não identificação correta da referência do concurso a que se candidata, o não cumprimento do prazo, a desconformidade entre os elementos fornecidos e declarados e os verificados, determinam a exclusão da admissão do candidato ao concurso.
- 5.5** O júri pode, a todo o tempo, solicitar aos candidatos a exibição dos originais dos documentos que suportam a candidatura, bem como de outros documentos que se revelem necessários à apreciação da mesma.
- 5.6** A não exibição pelo candidato dos originais dos documentos solicitados no prazo que lhe vier a ser fixado determina a exclusão da candidatura.

## **6 Métodos de seleção**

- 6.1** Considerando o conteúdo funcional do lugar posto a concurso serão adotados como métodos de seleção obrigatórios a avaliação curricular (AC) e, subsequentemente, a entrevista profissional (EP).
- 6.2** A valoração dos métodos anteriormente referidos será considerada até às centésimas, sendo os resultados convertidos para a escala de 0 a 20 valores.

- 6.3** É exigida em cada um dos métodos de seleção a nota mínima de 10 (dez) valores. Os candidatos que tenham obtido valoração inferior serão objeto de exclusão.
- 6.4** A avaliação curricular, com ponderação de 40%, visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica e ou profissional, o percurso profissional, a relevância da experiência adquirida e a formação detida para o posto de trabalho.
- 6.5** A entrevista profissional de seleção, ponderada em 60%, visa obter informação sobre as competências e os aspetos comportamentais dos candidatos intrinsecamente relacionados com as competências consideradas relevantes para o exercício da função, nomeadamente com o referido no ponto 2.3 do presente anúncio.
- 6.6** São convocados para a entrevista profissional, através de notificação para o endereço de correio eletrónico indicado pelos candidatos, apenas os candidatos aprovados na avaliação curricular e que forem selecionados para a entrevista profissional, a convocar por ordem decrescente de classificação obtida na avaliação curricular e por tranches, de acordo com o número que for determinado pelo júri face ao número de candidaturas.

## **7 Classificação Final**

A classificação final do candidato será obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF= 40\%AC+60\%EP$$

## **8 Composição do Júri**

A composição do júri consta de deliberação do Conselho de Administração que aprovou o presente concurso.

## **9 Reserva de Recrutamento**

Os candidatos aprovados em lista de ordenação final que excedam as vagas a concurso integram reserva de recrutamento que pode ser utilizada quando, no prazo máximo de 24 meses contados da data de homologação da lista de classificação e ordenação final, haja necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho.

## **10 Vários**

- 10.1** A ANAC reserva-se o direito de não ocupar os postos de trabalho e de extinguir o procedimento se deixarem de subsistir as razões que o motivaram ou em quaisquer outras circunstâncias que o justifiquem.
- 10.2** O presente concurso não limita eventual reorganização da estrutura interna da ANAC, nem impede a ANAC de, nos termos da lei e da regulamentação aplicável, atribuir ao trabalhador outras funções que não aquelas para que foi contratado, desde que tal não implique uma modificação substancial da posição do trabalhador ou a colocação em categoria profissional inferior àquela para que foi contratado.
- 10.3** O processo de recrutamento tem como referência os Estatutos da ANAC ([www.anac.pt/vPT/Generico/ANAC/Atribuicoes/Paginas/AtribuicoesCompetencias.aspx](http://www.anac.pt/vPT/Generico/ANAC/Atribuicoes/Paginas/AtribuicoesCompetencias.aspx)) e segue as regras definidas no Regulamento de Recrutamento e Seleção da ANAC, disponíveis na sua página eletrónica ([www.anac.pt/SiteCollectionDocuments/Inac/RH/Regulamento\\_Recrutamento\\_Selecao\\_ANAC.pdf](http://www.anac.pt/SiteCollectionDocuments/Inac/RH/Regulamento_Recrutamento_Selecao_ANAC.pdf)).
- 10.4** O presente anúncio encontra-se igualmente publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) e ainda no Jornal Público.
- 10.5.** Todas as notificações e comunicações entre a ANAC e os candidatos são realizadas por correio eletrónico para os endereços indicados nos pontos 5.1 e 6.6.

ANAC, 09/07/2021

O Presidente do Conselho de Administração da ANAC

(Luís Miguel Ribeiro)